

Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014

fevereiro de 2015
Este relatório contém 55 páginas

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 4
	Balanço 5
	Demonstração das alterações no capital próprio 6
	Demonstração de fluxos de caixa 6
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 7
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 15
II.3	Segmentos Operacionais 17
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 18
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 19
Nota 3	Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 19
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos 19
Nota 5	Rendimentos 20
Nota 6	Gastos financeiros 20
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 20
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 20
Nota 9	Imparidade (líquida de reversões) 21
Nota 10	Custos e gastos por natureza a imputar 21
II.5	Notas ao balanço
Nota 11	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 22
Nota 12	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através ganhos e perdas 22
Nota 13	Ativos financeiros disponíveis para venda 22
Nota 14	Empréstimos e contas a receber 23
Nota 15	Outros ativos tangíveis 23
Nota 16	Ativos intangíveis 24
Nota 17	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 24
Nota 18	Benefícios a empregados 25

		<u>Pág.</u>
Nota 19	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	29
Nota 20	Impostos correntes e Impostos diferidos	29
Nota 21	Outros credores por operações de seguros e outras operações	31
Nota 22	Outras provisões	31
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio	
Nota 23	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	32
II.7	Outras notas	
Nota 24	Transações com partes relacionadas	34
Nota 25	Gestão de riscos	35
Nota 26	Justo valor	48
Nota 27	Passivos contingentes e compromissos	49
Nota 28	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	49
Nota 29	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	50
III	Inventário de títulos	
IV	Relatório dos auditores	

I. Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

	Notas	2014			2013		
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	148.543.884	-	148.543.884	140.449.294	-	140.449.294
Prémios brutos emitidos		153.256.423	-	153.256.423	145.679.890	-	145.679.890
Prémios de resseguro cedido		(4.975.028)	-	(4.975.028)	(4.748.956)	-	(4.748.956)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		262.576	-	262.576	(485.399)	-	(485.399)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(87)	-	(87)	3.759	-	3.759
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(107.562.575)	-	(107.562.575)	(104.373.721)	-	(104.373.721)
Montantes pagos		(106.331.443)	-	(106.331.443)	(100.787.669)	-	(100.787.669)
Montantes brutos		(106.520.165)	-	(106.520.165)	(100.875.805)	-	(100.875.805)
Parte dos resseguradores		188.722	-	188.722	88.136	-	88.136
Provisão para sinistros (variação)		(1.231.132)	-	(1.231.132)	(3.586.052)	-	(3.586.052)
Montantes brutos		(1.213.998)	-	(1.213.998)	(3.603.186)	-	(3.603.186)
Parte dos resseguradores		17.134	-	17.134	(17.134)	-	(17.134)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(1.098.101)	-	(1.098.101)	(462.000)	-	(462.000)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	157.423	-	157.423	(262.709)	-	(262.709)
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(27.640.178)	-	(27.640.178)	(26.631.431)	-	(26.631.431)
Custos de aquisição		(20.906.757)	-	(20.906.757)	(19.954.390)	-	(19.954.390)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(17.218)	-	(17.218)	876	-	876
Gastos administrativos		(7.596.293)	-	(7.596.293)	(7.514.002)	-	(7.514.002)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		880.090	-	880.090	836.085	-	836.085
Rendimentos	5	1.224.098	183.354	1.407.452	1.294.937	309.263	1.604.200
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		1.224.098	183.354	1.407.452	1.294.937	309.263	1.604.200
Gastos financeiros	6	(265.154)	(32.506)	(297.660)	(268.344)	(8.792)	(277.136)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(265.154)	(32.506)	(297.660)	(268.344)	(8.792)	(277.136)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	(54.475)	(8.636)	(63.111)	24.919	(447)	24.472
De ativos disponíveis para venda		(54.475)	(8.636)	(63.111)	24.919	(447)	24.472
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	14.721	-	14.721	33.585	-	33.585
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor		14.721	-	14.721	33.585	-	33.585
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	9	-	825.759	825.759	-	71.027	71.027
De outros		-	825.759	825.759	-	71.027	71.027
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		146.411	-	146.411	125.456	-	125.456
Outros rendimentos/gastos		-	(8.815)	(8.815)	-	(136.827)	(136.827)
Resultado líquido antes de impostos		13.466.054	959.156	14.425.210	9.929.986	234.224	10.164.210
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	20	-	(3.864.001)	(3.864.001)	-	(3.151.325)	(3.151.325)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	20	-	(247.736)	(247.736)	-	13.114	13.114
Resultado líquido do exercício		13.466.054	(3.152.581)	10.313.473	9.929.986	(2.903.987)	7.025.999

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2014	2013
<i>Itens que podem ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	1.841.020	360.679
Impostos diferidos	(499.664)	(106.251)
	1.341.356	254.428
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(705.229)	(412.692)
	(705.229)	(412.692)
Total outro rendimento integral	636.127	(158.264)
Resultado líquido do exercício	10.313.473	7.025.999
Total do rendimento integral do ano	10.949.600	6.867.735

Balanço

		Eur	
	Notas	2014	2013
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11	8.647.373	6.849.795
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12	-	1.030.529
Ativos financeiros disponíveis para venda	13	80.159.226	65.642.773
Empréstimos e contas a receber	14	-	11.003.428
Outros depósitos		-	11.003.428
Outros ativos tangíveis	15	937.735	21.038
Outros ativos intangíveis	16	225.538	188.114
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	22.961	40.182
Provisão para prémios não adquiridos		22.961	23.048
Provisão para sinistros		-	17.134
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19	20.375.625	18.231.565
Contas a receber por operações de seguro direto		8.765.604	7.726.922
Contas a receber por outras operações de resseguro		10.638.948	9.782.319
Contas a receber por outras operações		971.073	722.324
Ativos por impostos	20	562.532	911.688
Ativos por impostos diferidos		562.532	911.688
Acréscimos e diferimentos		-	372.299
Total ativo		110.930.990	104.291.411
Provisões técnicas	17	41.273.416	39.759.720
Provisão para prémios não adquiridos		9.615.324	9.860.682
Provisão para sinistros		29.376.150	28.103.239
De outros ramos		29.376.150	28.103.239
Provisão para participação nos resultados		1.343.626	700.059
Provisão para riscos em curso		938.316	1.095.740
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	18	1.588.302	798.482
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21	8.223.599	7.747.268
Contas a pagar por operações de seguro direto		4.740.870	3.857.826
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.612.739	1.276.010
Contas a pagar por outras operações		1.869.990	2.613.432
Passivos por impostos e taxas	20	2.623.687	1.131.969
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2.623.687	1.131.969
Acréscimos e diferimentos		1.507.238	1.290.524
Outras Provisões	22	582.297	880.597
Total passivo		55.798.539	51.608.560
Capital		12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		2.171.799	330.779
Reserva por impostos diferidos		(597.244)	(97.580)
Outras reservas		3.176.871	3.179.500
Resultados transitados		28.067.552	30.244.153
Resultado do exercício		10.313.473	7.025.999
Total capital próprio	23	55.132.451	52.682.851
Total passivo e capital próprio		110.930.990	104.291.411
Resultados por ação		4,3	2,9

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Balanco a 31 de Dezembro 2012	12.000.000	(29.900)	8.671	(21.229)	3.958.596	24.551.403	(1.007.967)	6.334.313	45.815.116
Transferência de resultados	-	-	-	-	632.528	5.701.785	-	(6.334.313)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no just	-	360.679	(106.251)	254.428	-	-	-	-	254.428
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	7.025.999	7.025.999
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	(9.035)	(403.657)	-	(412.692)
Balanco a 31 de Dezembro 2013	12.000.000	330.779	(97.580)	233.199	4.591.124	30.244.153	(1.411.624)	7.025.999	52.682.851
Transferência de resultados	-	-	-	-	702.600	6.323.399	-	(7.025.999)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no just	-	1.841.020	(499.664)	1.341.356	-	-	-	-	1.341.356
Dividendos 2014	-	-	-	-	-	(8.500.000)	-	-	(8.500.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.313.473	10.313.473
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(705.229)	-	(705.229)
Balanco em 31 de Dezembro 2014	12.000.000	2.171.799	(597.244)	1.574.555	5.293.724	28.067.552	(2.116.853)	10.313.473	55.132.451

Demonstração de fluxos de caixa

	Eur	
	2014	2013
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	10.313.473	7.025.999
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	90.834	12.961
Variação nas provisões técnicas	1.513.696	3.702.715
Variação de provisões	(298.300)	-
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	17.221	(20.893)
Imparidade de outros activos	(825.759)	(71.027)
Variação nos impostos ativos / passivos	1.840.874	335.353
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.003.428	(3.495.547)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(1.318.301)	538.387
Outros ativos e passivos	673.604	(781.074)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	476.331	1.801.766
	23.487.101	9.048.640
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.030.529	(1.030.529)
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(13.175.097)	(5.127.265)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(1.044.955)	(198.078)
	(13.189.523)	(6.355.872)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(8.500.000)	-
	(8.500.000)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	1.797.578	2.692.768
Caixa e equivalentes no início do período	6.849.795	4.157.027
Caixa e equivalentes no final do período	8.647.373	6.849.795

II. Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. (“Médís” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de setembro de 1995.

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objeto principal e exclusivo a exploração do seguro direto e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

Desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia, e prepara as demonstrações financeiras consolidadas. A Médís tem a sua sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar n.º 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar n.º 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2014 a Médís adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota 29. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 24 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia.

e) *Ativos financeiros*

Classificação

A Médís classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Médís aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Instalações	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) Locações

A Médís classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

m) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido ou construída uma obrigação construtiva decorrente de eventos passados e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Companhia decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuárias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2014 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Companhia pode compensar, de acordo com a IAS12, os impostos diferidos ativos e passivos apenas se: (i) tiver um direito legal de deduzir os impostos correntes ativos com os impostos correntes passivos; e (ii) os impostos diferidos ativos e os impostos diferidos estejam sujeitos à mesma autoridade tributária, ou sob entidades tributárias que permitam a apresentação pelo saldo entre os impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos.

t) Segmentos Operacionais

A Companhia determina e apresenta os segmentos operacionais com base na informação de gestão preparada internamente.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

A Médís encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Outros

As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

u) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para riscos em curso, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para participação nos resultados, e (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas (provisão para sinistros).

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos Operacionais

	2014			2013		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	147.774.587	769.297	148.543.884	139.651.826	797.468	140.449.294
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(106.764.085)	(798.490)	(107.562.575)	(104.640.304)	266.583	(104.373.721)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	157.423	-	157.423	(262.709)	-	(262.709)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.098.101)	-	(1.098.101)	(462.000)	-	(462.000)
Custos e gastos de exploração líquidos	(27.640.178)	-	(27.640.178)	(26.631.431)	-	(26.631.431)
Rendimentos	1.223.386	712	1.224.098	1.293.192	1.745	1.294.937
Gastos financeiros	(265.154)	-	(265.154)	(268.344)	-	(268.344)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(39.699)	(55)	(39.754)	58.435	69	58.504
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	146.411	-	146.411	125.456	-	125.456
Margem técnica	13.494.590	(28.536)	13.466.054	8.864.121	1.065.865	9.929.986
Proveito dos investimentos			183.354			309.263
Mais/(menos) valias realizadas			(8.636)			(447)
Despesas gerais			(32.506)			(8.792)
Outros proveitos/(custos) não técnicos			816.944			(65.800)
Resultado não técnico			959.156			234.224
Resultado antes de impostos			14.425.210			10.164.210

	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	41.267.651	5.765	41.273.416	39.729.682	30.038	39.759.720
Parte dos resseguradores	22.961	-	22.961	40.182	-	40.182

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Prémios brutos emitidos	153.256.423	145.679.890
Prémios resseguro cedido	(4.975.028)	(4.748.956)
Prémios líquidos resseguro	148.281.395	140.930.934
Variação prémios não adquiridos	262.576	(485.399)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	(87)	3.759
Variação líquida de prémios não adquiridos	262.489	(481.640)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	148.543.884	140.449.294

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	152.487.126	152.749.702 -
Outros	769.297	769.297 -
Total	153.256.423	153.518.999

	<i>Eur</i>	
	2013	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	144.882.422	144.397.023
Outros	797.468	797.468
Total	145.679.890	145.194.491

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	4.975.028	4.975.115
Total	4.975.028	4.975.115

	<i>Eur</i>	
	2013	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	4.748.956	4.745.197
Total	4.748.956	4.745.197

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2014			2013		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	101.638.101	903.166	102.541.267	97.738.411	(999.725)	96.738.686
Parte dos resseguradores	(188.722)	-	(188.722)	(88.136)	-	(88.136)
	101.449.379	903.166	102.352.545	97.650.275	(999.725)	96.650.550
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	1.318.674	(104.676)	1.213.998	2.870.044	733.142	3.603.186
Parte dos resseguradores	17.134	-	17.134	(17.134)	-	(17.134)
	1.335.808	(104.676)	1.231.132	2.852.910	733.142	3.586.052
Total antes custos imputados	102.785.187	798.490	103.583.677	100.503.185	(266.583)	100.236.602
Custos com Sinistros (imputados)	3.978.898	-	3.978.898	4.137.119	-	4.137.119
Total	106.764.085	798.490	107.562.575	104.640.304	(266.583)	104.373.721

Nota 3 – Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A participação nos resultados corresponde à estimativa de montantes a atribuir aos contratos do ramo de acidentes e doença.

A variação das outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para riscos em curso, para o ramo de acidentes e doença.

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	Eur	
	Acidentes e doença	
	2014	2013
Custos de aquisição - comissões	17.631.168	16.945.348
Custos de aquisição alocados	3.275.589	3.009.042
Variação dos custos de aquisição diferidos	17.218	(876)
Custos administrativos - comissões	81.151	96.771
Custos administrativos alocados	7.515.142	7.417.231
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(880.090)	(836.085)
Total	27.640.178	26.631.431

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.382.518	1.402.774
Rendimentos de depósitos bancários	24.934	201.426
Total	1.407.452	1.604.200

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euro 298.000 (2013: Euro 277.000), resulta de custos operacionais imputados à função de investimentos.

Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	2014			2013		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	5.874	(17.158)	(11.284)	21.892	(3.503)	18.389
Obrigações de outros emissores	1.272	(22.120)	(20.848)	7.464	(1.381)	6.083
Ações	48.103	(79.082)	(30.979)	-	-	-
De investimentos disponíveis para venda	55.249	(118.360)	(63.111)	29.356	(4.884)	24.472
Total	55.249	(118.360)	(63.111)	29.356	(4.884)	24.472

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2014			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	(4.450)	(12.100)	31.271	14.721

	<i>Eur</i>			
	2013			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.450	-	29.135	33.585

Nota 9 – Imparidade (líquida de reversões)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a imparidade (líquida de reversões) registada respeita na totalidade a devedores por operações de seguro direto e de resseguro.

Nota 10 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	229.966	282.114
Remunerações - pessoal	4.430.025	4.097.754
Encargos sobre remunerações	970.215	848.332
Benefícios pós emprego	103.443	129.297
Seguros obrigatórios	240.827	213.098
Gastos de Ação social	31.417	34.662
Outros gastos	425.153	117.422
	6.431.046	5.722.679
Fornecimentos e serviços externos	8.303.458	8.580.344
Depreciações de ativos tangíveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	40.158	5.310
Equipamento informático	5.574	7.651
	45.732	12.961
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	45.102	-
Outros	241.951	524.544
Total	15.067.289	14.840.528

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

	Eur	
	2014	2013
Auditoria	64.984	72.794
Auditoria - serviços relacionados	6.925	6.925
Consultoria fiscal	12.005	4.280
Outros serviços	-	3.800
Total	83.914	87.799

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar dizem respeito a Euro 25.000 relativos a Impostos e taxas (2013: Euro 25.000), a Euro 401.000 relativos a Juros suportados (2013: Euro 418.000), a Euro 114.000 relativos a Comissões (2013: Euro 81.000) e um proveito de Euro 298.000 relativo a variações em outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	Eur	
	2014	2013
Custos com sinistros	3.978.898	4.137.119
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	3.275.589	3.009.042
Custos administrativos	7.515.142	7.417.231
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros	265.154	268.344
Alocados à conta não técnica	32.506	8.792
Total	15.067.289	14.840.528

Em 31 de dezembro de 2014, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 127 (2013:118).

II.5 Notas ao balanço

Nota 11 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 12 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur		
	2013		Total
	Custo amortizado	Valias não realizadas	
Obrigações de outros emissores	1.026.079	4.450	1.030.529
Total	1.026.079	4.450	1.030.529
Dos quais:			
Nível 1			1.030.529
Nível 2			-
Nível 3			-
			1.030.529

De acordo com o IFRS13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 13 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2014			2013		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	27.264.683	1.174.983	28.439.666	26.963.124	113.391	27.076.515
Obrigações outros emissores	47.900.911	1.012.202	48.913.113	35.876.030	273.584	36.149.614
Ações	1.698.839	(15.386)	1.683.453	1.777.921	(56.196)	1.721.725
Juros a receber	1.122.994	-	1.122.994	694.919	-	694.919
Total	77.987.427	2.171.799	80.159.226	65.311.994	330.779	65.642.773
Dos quais:						
Nível 1			78.414.262			63.065.863
Nível 2			1.744.964			2.576.910
Nível 3			-			-
			80.159.226			65.642.773

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	Eur			
	2014		2013	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	28.793.217	-	27.326.833	-
Obrigações de outros emissores	47.938.340	1.744.214	34.018.055	2.576.160
Ações	1.682.705	750	1.720.975	750
	78.414.262	1.744.964	63.065.863	2.576.910

De acordo com o IFRS13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 14 – Empréstimos e contas a receber

Em 2013 os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 15 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Equipamento		
Equipamento informático	90.850	410.210
Equipamento administrativo	353.703	884.908
Outro equipamento	628.248	242.980
	1.072.801	1.538.098
Amortizações acumuladas	(135.066)	(1.517.060)
Saldo líquido	937.735	21.038

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Eur			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	410.210	884.908	242.980	1.538.098
Aquisições	6.672	349.497	606.260	962.429
Abates	(326.032)	(880.702)	(220.992)	(1.427.726)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	90.850	353.703	628.248	1.072.801
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(397.917)	(883.113)	(236.030)	(1.517.060)
Amortizações do exercício	(5.574)	865.436	(905.594)	(45.732)
Abates	326.032	880.702	220.992	1.427.726
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(77.459)	863.025	(920.632)	(135.066)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2013	12.293	1.795	6.950	21.038
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	13.391	1.216.728	(292.384)	937.735

Nota 16 – Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.300.680
Aquisições	270.640
Transferências	(188.114)
Abates	(1.092.141)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	291.065
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.112.566)
Amortizações do exercício	(45.102)
Abates	1.092.141
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(65.527)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2013	188.114
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	225.538

Nota 17 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2014			2013		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	9.615.324	-	9.615.324	9.860.682	-	9.860.682
Provisão para sinistros	29.370.384	5.766	29.376.150	28.073.201	30.038	28.103.239
Provisão para participação nos resultados	1.343.626	-	1.343.626	700.059	-	700.059
Provisão para riscos em curso	938.316	-	938.316	1.095.740	-	1.095.740
Total bruto	41.267.650	5.766	41.273.416	39.729.682	30.038	39.759.720
Provisão para prémios não adquiridos	22.961	-	22.961	23.048	-	23.048
Provisão para sinistros	-	-	-	17.134	-	17.134
Total resseguro	22.961	-	22.961	40.182	-	40.182
Saldo líquido	41.244.689	5.766	41.250.455	39.689.500	30.038	39.719.538

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 19.978.000 (2013: Euro 19.001.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euro 313.000 (2013: Euro 335.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Provisão para prémios não adquiridos	9.689.794	9.952.370
Custos de aquisição diferidos	(74.470)	(91.688)
Saldo líquido	9.615.324	9.860.682

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	91.688	90.812
Custos de aquisição do ano	74.470	91.688
Amortização dos custos de aquisição	(91.688)	(90.812)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	74.470	91.688

Os movimentos na provisão para participação nos resultados são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	700.059	638.149
Montantes pagos	(454.534)	(400.090)
Estimativa de montantes a atribuir	1.098.101	462.000
Total	1.343.626	700.059

Nota 18 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Companhia decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respetiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2014	2013
Numero de participantes		
Ativos	130	122
Reformados e pensionistas	5	4
	135	126

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2014	2013
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(3.372.172)	(1.547.025)	(182.455)	(5.101.652)	(2.543.305)	(926.059)	(141.831)	(3.611.195)	
Justo valor dos ativos do plano	3.513.350	-	-	3.513.350	2.812.713	-	-	2.812.713	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	141.178	(1.547.025)	(182.455)	(1.588.302)	269.408	(926.059)	(141.831)	(798.482)	

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	2014				2013			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	2.543.305	926.059	141.831	3.611.195	5.888.327	801.318	136.200	6.825.845
Custo do serviço corrente	9.032	50.915	12.494	72.441	10.568	45.818	15.940	72.326
Custo dos juros	86.931	32.272	4.750	123.953	233.167	31.893	4.841	269.901
Decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(69.790)	-	(69.790)
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	53.880	-	-	53.880
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia	(132.925)	(8.529)	(23.849)	(165.303)	(119.117)	(8.002)	(21.025)	(148.144)
(Ganhos) / perdas atuariais	599.157	531.083	47.229	1.177.469	344.292	124.822	5.875	474.989
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferecias entre associados	-	-	-	-	(3.846.488)	-	-	(3.846.488)
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	268.075	15.225	-	283.300	-	-	-	-
Transferência entre fundos	(1.403)	-	-	(1.403)	(21.324)	-	-	(21.324)
Responsabilidades em 31 de dezembro	3.372.172	1.547.025	182.455	5.101.652	2.543.305	926.059	141.831	3.611.195

Em 31 de dezembro de 2013, a alteração do plano nos “Outros benefícios” correspondeu ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	2014				2013			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	9.032	50.915	12.494	72.441	10.568	45.818	15.940	72.326
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	11.224	32.272	4.750	48.246	41.017	31.893	4.841	77.751
Decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(69.790)	-	(69.790)
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	47.229	47.229	-	-	5.875	5.875
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	53.880	-	-	53.880
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	268.075	15.225	-	283.300	-	-	-	-
Custo do exercício	288.331	98.412	64.473	451.216	105.465	7.921	26.656	140.042

A variação do valor do fundo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

	Eur	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	2.812.713	6.138.261
Contribuições da companhia	732.491	449.631
Pagamentos efetuados pelo fundo	(132.925)	(119.117)
Retorno esperado do fundo	75.707	192.150
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	26.767	19.600
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferecias entre associados	(1.403)	(3.867.812)
Saldo em 31 de dezembro	3.513.350	2.812.713

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 732.000 (2013: Euro 450.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, a Companhia contribuiu com o montante de Euro 78.000 (2013: Euro 104.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2014 e 2013, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2014			2013		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	1.479.170	(19.667)	1.459.503	1.154.478	(144.489)	1.009.989
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	599.157	531.083	1.130.240	344.292	124.822	469.114
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(26.767)	-	(26.767)	(19.600)	-	(19.600)
Saldo em 31 de dezembro	2.051.560	511.416	2.562.976	1.479.170	(19.667)	1.459.503

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 1.192.000 e Euro 529.000, respetivamente.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	269.408	(926.059)	(141.831)	(798.482)	249.934	(801.318)	(136.200)	(687.584)	
Custo do Exercício	(288.331)	(98.412)	(64.473)	(451.216)	(105.465)	(7.921)	(26.656)	(140.042)	
(Ganhos) / perdas atuariais	(572.390)	(531.083)	-	(1.103.473)	(324.692)	(124.822)	-	(449.514)	
Benefícios pagos pela companhia	-	8.529	23.849	32.378	-	8.002	21.025	29.027	
Contribuições dos empregados e outras	732.491	-	-	732.491	449.631	-	-	449.631	
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balan	141.178	(1.547.025)	(182.455)	(1.588.302)	269.408	(926.059)	(141.831)	(798.482)	

Os ativos afetos ao Fundo de Pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2014	2013
Títulos de rendimento variável	865.113	726.753
Títulos de rendimento fixo	2.284.652	1.889.600
Imóveis	95.244	42.399
Outros	268.341	153.961
	3.513.350	2.812.713

Atualmente, o fundo de pensões não tem exposição a ativos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Impacto no Custo com Pensões	14.655	8.186
Impacto nas Responsabilidades	247.524	148.169

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	Eur	Eur
Taxa de Desconto	1.137.421	(846.332)
Taxa de Crescimento das Pensões	(575.066)	696.007
Taxa de Crescimento dos Salários	(246.000)	306.342
	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano	
	Eur	
Alteração da Tábua de Mortalidade	157.180	

Nota 19 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Tomadores de seguros	8.096.135	8.018.388
Mediadores de seguros	1.663.664	1.528.488
Resseguradores	10.638.948	9.782.319
	20.398.747	19.329.195
Imparidade	(994.195)	(1.819.954)
Total	19.404.552	17.509.241
Outros devedores	971.073	722.324
Total Outros devedores	971.073	722.324
Total	20.375.625	18.231.565

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 1.604.000 (2013: Euro 1.585.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euro 429.000 (2013: Euro 329.000) foram considerados para efeito do reconhecimento de imparidade.

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se ainda registado o montante de Euro 6.458.000 (2013: Euro 6.378.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Saldo no início do ano	1.819.954	1.890.981
Reversões	(925.697)	(71.027)
Dotação do exercício	99.938	-
Saldo no final do ano	994.195	1.819.954

Nota 20 – Impostos correntes e Impostos diferidos

A Medis determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 29,5% (taxa nominal de 23% mais 6,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Orçamento de Estado para 2015 pelo Governo Português, no fim de dezembro de 2014, o qual determinou uma redução de 2% na taxa nominal de imposto a partir de 1 janeiro, a Companhia aplicou uma taxa de imposto de 27,5% para cálculo dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2014.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Ativos por impostos diferidos	562.532	911.688
Ativos por impostos	562.532	911.688
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre rendimento	1.052.909	516.386
Outros impostos e taxas	1.570.778	615.583
Passivos por impostos	2.623.687	1.131.969

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	<i>Ativos</i>		<i>Passivos</i>		<i>Líquido</i>	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros	-	-	(597.244)	(97.580)	(597.244)	(97.580)
Provisões	160.132	509.773	-	-	160.132	509.773
Outros (incluindo benefícios pós emprego)	999.644	499.495	-	-	999.644	499.495
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	1.159.776	1.009.268	(597.244)	(97.580)	562.532	911.688

O movimento do imposto diferido de balanço em 2014 e 2013, foi reconhecido como segue:

	<i>2014</i>		<i>2013</i>	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos financeiros	-	(499.664)	-	(106.251)
Provisões	(349.640)	-	(6.936)	-
Outros (incluindo benefícios pós emprego)	101.904	398.245	20.050	36.823
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	(247.736)	(101.419)	13.114	(69.428)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Imposto corrente	(3.864.001)	(3.151.325)
Imposto diferido	(247.736)	13.114
Total do imposto reconhecido em resultados	(4.111.737)	(3.138.211)

O imposto diferido registado no capital próprio em dezembro de 2014 e 2013 é analisado como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Reserva de reavaliação	(597.244)	(97.580)
Ganhos/(perdas) atuariais	435.068	36.823
	(162.176)	(60.757)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Resultado antes de impostos	14.425.210	10.164.210
Taxa de imposto	29,5%	29,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	4.255.437	2.998.442
Tributação autónoma	32.947	12.001
Outras diferenças permanentes	(176.647)	127.768
	4.111.737	3.138.211

Nota 21 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Tomadores de seguros e intermediários	4.740.870	3.857.826
Resseguradores	1.612.739	1.276.010
Credores por operações seguro e resseguro	6.353.609	5.133.836
Outros credores	1.869.990	2.613.432
Total	8.223.599	7.747.268

Nota 22 – Outras provisões

No âmbito do processo de reestruturação em curso através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tem uma provisão registada no montante de Euro 582.000 (2013: Euro 881.000). A reversão do exercício acima indicada inclui o montante de Euro 283.300, relativo às transferências efectuadas para o Fundo de Pensões da Companhia, em resultado dos empregados que aderiram ao plano em 2014 (ver nota 18).

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 23 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Médís, no montante de Euro 12.000.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.400.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada. Como anteriormente referido, desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia.

Reservas de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2014 e 2013, são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldos em 1 de janeiro	330.779	(29.900)
Ajustamentos no justo valor	1.723.242	370.071
Vendas	117.778	(9.392)
Saldos em 31 de dezembro	2.171.799	330.779

A reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Custo amortizado	77.987.426	65.311.994
Justo valor	80.159.225	65.642.773
Ganhos / (perdas) não realizados reconhecidos como reserva de justo valor	2.171.799	330.779

Outras reservas

Reserva por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médís tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

No final de novembro de 2014, a Médís distribuiu dividendos ao seu acionista no montante de Euro 8.500.000.

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

	Eur								
	Reservas de reavaliação								
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	2.171.799	(597.244)	1.574.555	-	-	-	-	1.574.555
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.313.473	10.313.473
Resultados transitados	-	-	-	-	-	28.067.552	-	-	28.067.552
Outras reservas	-	-	-	-	5.293.724	-	11.057	-	5.304.781
Ganhos /(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(2.127.910)	-	(2.127.910)
Saldos 31 Dezembro 2014	12.000.000	2.171.799	(597.244)	1.574.555	5.293.724	28.067.552	(2.116.853)	10.313.473	55.132.451

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

	Eur								
	Reservas de reavaliação								
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação	-	330.779	(97.580)	233.199	-	-	-	-	233.199
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	7.025.999	7.025.999
Resultados transitados	-	-	-	-	-	30.244.153	-	-	30.244.153
Outras reservas	-	-	-	-	4.591.124	-	11.057	-	4.602.181
Ganhos /(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(1.422.681)	-	(1.422.681)
Saldos 31 Dezembro 2013	12.000.000	330.779	(97.580)	233.199	4.591.124	30.244.153	(1.411.624)	7.025.999	52.682.851

II.7 Outras Notas

Nota 24 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2014	2013
Remunerações	229.966	282.114
Contribuições para o fundo de pensões	4.447	6.315
	234.413	288.429

A análise das transações com partes relacionadas em 2014 e 2013 é analisada como segue:

	Eur				
Balanco	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.647.373	-	-	-	8.647.373
Ativos financeiros disponíveis para venda	750	-	-	-	750
Outros ativos	166.931	-	-	9.512.406	9.679.337
Total do ativo	8.815.054	-	-	9.512.406	18.327.460
Provisões técnicas	-	-	-	(31.555.307)	(31.555.307)
Outros passivos	(6.221)	(50.550)	(1.405.847)	-	(1.462.618)
Total do passivo	(6.221)	(50.550)	(1.405.847)	(31.555.307)	(33.017.925)
Líquido Ativo / (Passivo) 2014	8.808.833	(50.550)	(1.405.847)	(22.042.901)	(14.690.465)
Líquido Ativo / (Passivo) 2013	17.907.554	(88.005)	(656.650)	(21.573.266)	(4.410.367)

	Eur				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	-	-	128.040.125	128.040.125
Dividendos e juros a receber	3.896	-	-	-	3.896
Total de proveitos	3.896	-	-	128.040.125	128.044.021
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	-	-	-	(85.911.354)	(85.911.354)
Custos de aquisição	-	-	-	(15.302.616)	(15.302.616)
Gastos gerais e administrativos	(1.855.929)	(137.844)	(386.743)	-	(2.380.516)
Total de custos	(1.855.929)	(137.844)	(386.743)	(101.213.970)	(103.594.486)
Líquido Proveitos / (Custos) 2014	(1.852.033)	(137.844)	(386.743)	26.826.155	24.449.535
Líquido Proveitos / (Custos) 2013	(2.335.414)	(148.005)	(113.386)	24.261.687	21.664.882

	Eur				
Balanco	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Dividendos pagos	-	(8.500.000)	-	-	(8.500.000)
Líquido variações no capital próprio	-	(8.500.000)	-	-	(8.500.000)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com a Ocidental Seguros são relativas ao tratado de resseguro existente no âmbito do Ramo Doença.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 25 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Médís, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco da Companhia”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de *rating*. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento sustentável e rentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e Específicos de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

Riscos Estratégicos

Os Riscos Estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. os Riscos Estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk*

Reporting é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente a realização dos objetivos estratégicos da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. fornece a aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão do Risco Financeiro, o qual delega no Comité de Investimentos (CI) e no Comité de Risco (CR);
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e à Comissão Executiva;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação dos riscos) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Comité de *Pricing*:
 - Revê, faz recomendações e aprova as propostas de alteração de produtos/prémios;
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor e restringir o apetite ao risco, bem como as restrições aos riscos agregados;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Ser membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
 - Dar parecer sobre a estratégia global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Spread* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao *Risco de Mercado* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações, e Risco de Contraparte via proteção de resseguro.

Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o *Risco de Mercado*, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2014		2013	
		%		%
Ativos financeiros disponíveis para venda	80.159.226	100,0%	65.642.773	100,0%
Dívida pública	28.793.217	35,9%	27.326.833	38,3%
Obrigações	49.682.554	62,0%	36.594.215	58,7%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	1.682.705	2,1%	1.720.975	2,9%
Ativos financeiros ao justo valor	-	0,0%	1.030.529	100,0%
Obrigações	-	0,0%	1.030.529	100,0%
Total	80.159.226		66.673.302	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2014	2013
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	8.647.373	6.849.795
Empréstimos e contas a receber	-	11.003.428
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	20.375.625	18.231.565
Total	29.022.998	36.084.788
PASSIVO [EUR]		
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	8.341.580	7.747.268
Total	8.341.580	7.747.268

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	750	100,0%	750	100,0%

As obrigações detidas pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	28.793.217	36,7%	27.326.833	42,8%	-	0,0%	-	0,0%
Instituições financeiras	39.830.856	50,8%	26.873.674	42,0%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	1.100.434	1,4%	1.374.095	2,1%	-	0,0%	-	0,0%
Setores básicos e energéticos	4.181.005	5,3%	4.909.792	7,7%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	309.803	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	2.575.145	3,3%	1.875.619	2,9%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	645.648	0,8%	558.260	0,9%	-	0,0%	1.030.529	100,0%
Diversos	1.039.663	1,3%	1.002.775	1,6%	-	0,0%	-	0,0%
	78.475.771	100,0%	63.921.048	100,0%	-	0,0%	1.030.529	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	11.443.698	14,6%	11.961.572	18,7%	-	0,0%	-	0,0%
AA	14.122.156	18,0%	13.109.424	20,5%	-	0,0%	-	0,0%
A	19.751.362	25,2%	6.631.113	10,4%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	11.765.385	15,0%	11.753.525	18,4%	-	0,0%	-	0,0%
BB	20.353.506	25,9%	15.298.849	23,9%	-	0,0%	1.030.529	100,0%
B	1.039.664	1,3%	1.002.776	1,6%	-	0,0%	-	0,0%
CCC	-	0,0%	909.603	1,4%	-	0,0%	-	0,0%
Sem Rating	-	0,0%	3.254.186	5,1%	-	0,0%	-	0,0%
Total	78.475.771	100,0%	63.921.048	100,0%	-	0,0%	1.030.529	100,0%
Dívida pública	28.793.217	36,7%	27.326.833	42,8%	-	0,0%	-	0,0%
Obrigações	49.682.554	63,3%	36.594.215	57,2%	-	0,0%	1.030.529	100,0%
Total	78.475.771	100,0%	63.921.048	100,0%	-	0,0%	1.030.529	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	8.647.373	100,0%	17.853.223	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AA	84.555	0,4%	94.291	0,5%
A	10.554.393	51,8%	393.109	2,2%
Sem rating	9.736.677	47,8%	17.744.165	97,3%
	20.375.625	100,0%	18.231.565	100,0%
Total	29.022.998		36.084.788	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	1.682.705	1.682.705	100,0%
Total em dezembro 2014	1.682.705	1.682.705	100,0%
Imobiliário	1.720.975	1.720.975	100,0%
Total em dezembro 2013	1.720.975	1.720.975	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2014							Eur
	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	5.278.610	9.434.936	21.701.337	25.171.632	5.422.364	-	67.008.879
Ativos financeiros a taxa variável	-	2.309.074	2.309.373	10.690.814	-	-	15.309.261
Outros ativos financeiros	17.960.935	2.180.651	5.915.212	3.986.718	-	1.683.454	31.726.970
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	23.239.545	13.924.661	29.925.922	39.849.164	5.422.364	1.683.454	114.045.110
Ativos Não Financeiros	1.724	3.449	16.266	1.727.266	61	-	1.748.766
Total de Ativos	23.241.269	13.928.110	29.942.188	41.576.430	5.422.425	1.683.454	115.793.876
Outros passivos financeiros	5.769.985	963.368	1.418.593	189.634	-	-	8.341.580
Passivos Financeiros	5.769.985	963.368	1.418.593	189.634	-	-	8.341.580
Passivos Não Financeiros	3.105.315	6.587.440	32.970.215	3.288.170	1.580.290	-	47.531.430
Total de Passivos	8.875.300	7.550.808	34.388.808	3.477.804	1.580.290	-	55.873.010

Risco de liquidez 2013							Total
	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	
Ativos financeiros a taxa fixa	3.254.186	9.469.017	12.940.331	22.021.089	4.612.191	-	52.296.814
Ativos financeiros a taxa variável	2.234.548	1.630.578	5.290.136	7.074.076	-	-	16.229.337
Outros ativos financeiros	10.108.261	16.378.206	5.084.959	3.805.993	707.369	1.721.726	37.806.514
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	1.071.779	-	-	-	1.071.779
Ativos Financeiros	15.596.995	27.477.801	24.387.205	32.901.157	5.319.560	1.721.726	107.404.444
Ativos Não Financeiros	3.054	6.108	400.489	935.493	188.177	-	1.533.321
Total de Ativos	15.600.049	27.483.909	24.787.694	33.836.651	5.507.737	1.721.726	108.937.765
Outros passivos financeiros	3.272.584	1.485.594	(356.713)	3.314.344	27.750	3.709	7.747.268
Passivos Financeiros	3.272.584	1.485.594	(356.713)	3.314.344	27.750	3.709	7.747.268
Passivos Não Financeiros	3.028.708	6.380.048	29.993.769	3.689.438	861.017	-	43.952.980
Total de Passivos	6.301.292	7.865.642	29.637.056	7.003.782	888.767	3.709	51.700.248

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.

Riscos com Responsabilidade de Seguros

Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (*underwriting*), *pricing*, provisionamento e resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de regulamentos de risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A Função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco de Subscrição* e o *Apetite ao Risco de forma agregada*, bem como avaliar/gerir os Riscos com Responsabilidade de Seguros de acordo com as regras e regulamentos estabelecidos na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- A Função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- O Comité de *Pricing* é responsável por rever, fazer recomendações e aprovar as propostas de alteração de produtos/prémios;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- No caso de os limites serem ultrapassados, deverá estar implementado um processo de reporte ao *Risk Officer*.

Na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão envolvidas diversas áreas na gestão de Riscos com Responsabilidade de Seguros, tais como Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o chamado processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística, por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de produtos, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança.

A análise da adequação dos prémios e das provisões é efetuada, uma vez ano, pelo atuário responsável da Companhia, sendo as provisões certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros. A seleção das resseguradoras baseia-se, principalmente, em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais, em que os limites das indemnizações são elevados, e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida:

Saúde [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Saúde (Munich)	Quota Parte	1.000.000	200.000
Saúde Top UP (Munich)	Quota Parte	500.000	75.000
Saúde (Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	0%

Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao Risco com Responsabilidade de Seguros que a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco em vigor na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

Riscos com Responsabilidade de Seguros de Saúde

O Risco com Responsabilidade de Seguros de Saúde reflete o risco decorrente das obrigações de seguros de Saúde em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros. Estes riscos podem surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Saúde e outras linhas de negócio.

As provisões para sinistros dos seguros de Saúde são estimadas para sinistros já ocorridos, mas ainda não comunicados, e para os sinistros já declarados, mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. constitui provisões por sinistro, ano de ocorrência e canal de distribuição, tendo em conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados.

Os riscos relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com o regulamento local e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, os regulamentos de subscrição e tarifação são revistos.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica das mesmas:

Posição balanço no fecho do ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	11.216.588	13.927.991	15.530.665	19.359.485	22.724.479	24.764.301	24.855.139	27.768.615	29.062.834
Pagamentos acumulados a:									
Um ano de desenvolvimento	6.859.860	10.173.353	11.177.138	16.243.146	18.239.208	19.164.670	16.986.654	16.430.122	
Dois anos de desenvolvimento	7.176.179	9.771.789	12.852.876	17.352.448	18.607.564	19.719.416	17.454.679		
Três anos de desenvolvimento	6.400.095	10.149.520	12.831.379	17.020.937	18.775.402	20.203.550			
Quatro anos de desenvolvimento	6.786.959	10.061.334	12.392.128	17.030.286	19.253.145				
Cinco anos de desenvolvimento	6.698.037	9.619.369	12.400.762	17.506.375					
Seis anos de desenvolvimento	6.262.775	9.628.166	12.820.445						
Sete anos de desenvolvimento	6.270.801	10.014.997							
Oito anos de desenvolvimento	6.637.340								
Reservas reavaliadas a:									
Um ano de desenvolvimento	7.800.875	10.892.334	14.687.562	25.005.814	20.351.717	22.667.894	20.115.339	20.145.248	
Dois anos de desenvolvimento	7.407.714	10.792.910	15.246.680	17.770.224	19.336.115	20.510.227	18.254.344		
Três anos de desenvolvimento	7.385.361	11.242.694	12.900.139	17.130.624	18.939.976	20.354.572			
Quatro anos de desenvolvimento	7.706.459	10.101.952	12.406.309	17.075.795	19.311.986				
Cinco anos de desenvolvimento	6.724.999	9.627.719	12.414.674	17.525.438					
Seis anos de desenvolvimento	6.266.699	9.636.514	12.831.501						
Sete anos de desenvolvimento	6.274.725	10.023.424							
Oito anos de desenvolvimento	6.642.889								
(h) Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:									
Valor nominal	4.573.699	3.904.567	2.699.164	1.834.048	3.412.493	4.409.729	6.600.795	7.623.367	
Percentagem	40,8%	28,0%	17,4%	9,5%	15,0%	17,8%	26,6%	27,5%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2013	31-12-2014
Provisões para sinistros no final do exercício	24.764.301	24.855.139
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	399.018	354.526
Total provisões para sinistros Não Vida	25.163.319	25.209.665

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e regulamentos de subscrição baseados na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e, ainda, por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	Acidentes e Doença		Outros	
	2014	2013	2014	2013
Rácio Sinistros	70,0%	72,5%	33,4%	33,4%
Rácio Despesas	18,7%	19,0%	0,0%	0,0%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	88,7%	91,5%	33,4%	33,4%

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2014	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2013
Custos de exploração - 10%	2.764	2.663
Custos com sinistros + 5%	(5.378)	(5.219)

Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e reportados pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades, e as diretivas de informação de segurança aplicadas na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “*Bottom-up*”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais à Companhia, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos comités e unidades de negócios, e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2014					
Seguro direto					
Acidentes e doença	9.562.848	9.534.524	8.796.392	1.338.721	(97.600)
Assistência	769.298	769.298	798.490	-	-
Total Não Vida	10.332.146	10.303.822	9.594.882	1.338.721	(97.600)
Resseguro aceite	142.924.278	143.215.178	98.139.282	27.181.548	(3.825.837)
Total	153.256.424	153.519.000	107.734.164	28.520.269	(3.923.437)

Linha de negócio	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2013					
Seguro direto					
Acidentes e doença	9.143.833	9.138.511	8.903.901	1.489.116	(17.289)
Assistência	797.468	797.468	(266.583)	-	-
Total Não Vida	9.941.301	9.935.979	8.637.318	1.489.116	(17.289)
Resseguro aceite	135.738.589	135.258.512	95.841.673	25.978.400	(3.786.553)
Total	145.679.890	145.194.491	104.478.991	27.467.516	(3.803.842)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não Vida 2014	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	8.380.549	354.331	61.511	8.796.391
Assistência	903.165	-	(104.675)	798.490
Total Não Vida	9.283.714	354.331	(43.164)	9.594.881
Resseguro aceite	93.257.552	3.624.568	1.257.162	98.139.282
Total	102.541.266	3.978.899	1.213.998	107.734.163

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não Vida 2013	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	8.394.077	342.076	167.748	8.903.901
Assistência	(999.725)	-	733.142	(266.583)
Total Não Vida	7.394.352	342.076	900.890	8.637.318
Resseguro aceite	89.344.334	3.795.044	2.702.295	95.841.673
Total	96.738.686	4.137.120	3.603.185	104.478.991

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio 2014	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014 em relação a 2013	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	28.073.201	16.733.946	3.750.332	(7.588.923)
Assistência	30.038	(3.585.679)	4.483	(3.611.234)
Total	28.103.239	13.148.267	3.754.815	(11.200.157)

Linha de negócio 2013	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013 em relação a 2012	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	25.201.164	17.461.518	3.163.183	(4.576.463)
Assistência	8.501	(4.408.173)	2.803	(4.413.871)
Total	25.209.665	13.053.345	3.165.986	(8.990.334)

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R da Autoridade de Supervisão de Seguros de Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2014.

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a margem de solvência I é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
Capital	12.000.000	12.000.000
Reservas Legal e de Reavaliação	4.751.426	3.412.699
Resultados Transitados	28.067.552	30.244.153
Resultado Líquido do Exercício	10.313.473	7.025.999
Total Situação Líquida (1)	55.132.451	52.682.851
Activos Intangíveis	(225.537)	(188.113)
Total (2)	(225.537)	(188.113)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	54.906.914	52.494.738
Margem de Solvência Exigida	25.736.483	24.980.881
Excesso / Insuficiência	29.170.431	27.513.856
Rácio Solvência	213%	210%

Nota 26 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os activos e passivos financeiros da Sociedade registados ao custo amortizado são como segue:

		Eur			
		2014		2013	
Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	8.647.373	8.647.373	6.849.795	6.849.795
Aplicações em instituições de crédito	1	-	-	11.003.428	11.003.428
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	20.375.625	20.375.625	18.231.565	18.231.565
		<u>29.022.998</u>	<u>29.022.998</u>	<u>36.084.788</u>	<u>36.084.788</u>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	8.223.599	8.223.599	7.747.268	7.747.268
		<u>8.223.599</u>	<u>8.223.599</u>	<u>7.747.268</u>	<u>7.747.268</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘*providers*’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 27 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 o total de garantias bancárias era de Euro 56.000. Estas garantias estão relacionadas com processos de sinistro.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Eur			
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	17.607	40.262	47.583	105.452

Nota 28 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2013, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

País	2013						Eur
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização	
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Nível 1	13.640.017	13.640.017	(61.307)	3,0%	3,7	L1	
Total	13.640.017	13.640.017	(61.307)	3,0%	3,7		

Durante o exercício de 2014, Portugal deixou de estar abrangido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, pelo que a Companhia não tem atualmente exposição à dívida soberana de países nestas condições.

De acordo com o IFRS13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 29 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionaram orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

As alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes. Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua

apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Companhia ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.